



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS  
E-ISSN 2358.6958

## Perspectivas para pensar uma justiça social e epistêmica para e com as infâncias em dissidência

Mateus Fazzioni  
Diego de Medeiros Pereira

Para citar este artigo:

FAZZIONI, Mateus; PEREIRA, Diego de Medeiros. Perspectivas para pensar uma justiça social e epistêmica para e com as infâncias em dissidência. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 50, abr. 2024.

 DOI: 10.5965/1414573101502024e108

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



## Perspectivas para pensar uma justiça social e epistêmica para e com as infâncias em dissidência<sup>1</sup>

Mateus J. Fazzioni<sup>2</sup>  
Diego de Medeiros Pereira<sup>3</sup>

### Resumo

O presente estudo propõe outras perspectivas para pensar as diferentes infâncias, compreendendo as crianças como atrizes sociais ativas em seus processos identitários e sociais. Em virtude disso, elas são vistas como uma ameaça à cultura adulta, principalmente quando desviam da norma binária. Contudo, as crianças em dissidência encontram brechas em seu cotidiano e nas aulas de teatro para construir saberes e culturas como forma de resistência. Acredita-se, assim, na importância de discutir formas de promover uma justiça social e epistêmica em relação às infâncias e crianças em dissidência a partir do campo das Artes Cênicas e das Pedagogias do Teatro.

**Palavras-chave:** Infâncias. Crianças em dissidência. Pedagogia do teatro. Justiça social e epistêmica.

## Perspectives for thinking about social and epistemic justice for and with childhoods in dissent

### Abstract

The present study proposes other perspectives to think about different childhoods, understanding children as active social actors in their identity and social processes. As a result, they are seen as a threat to adult culture, especially when they deviate from the binary norm. Children in dissidence, however, find gaps in their daily lives and in theater classes to build knowledge and cultures as a form of resistance. Thus, it is believed in the importance of discussing ways to promote social and epistemic justice in relation to childhoods and children in dissidence from the field of Performing Arts and Theater Pedagogies.

**Keywords:** Childhoods. Children in dissent. Pedagogy of theatre. Social and epistemic justice.

## Perspectivas para pensar la justicia social y epistémica para y con las infancias en disidencia

### Resumen

El presente estudio propone otras perspectivas para pensar las diferentes infancias, entendiendo a los niños como actores sociales activos en su identidad y procesos sociales. Como resultado, son vistos como una amenaza para la cultura adulta, especialmente cuando se desvían de la norma binaria. Los niños en disidencia, sin embargo, encuentran huecos en su vida cotidiana y en las clases de teatro para construir saberes y culturas como forma de resistencia. Así, se cree en la importancia de discutir formas de promover la justicia social y epistémica en relación con las infancias y los niños en disidencia del campo de las Artes Escénicas y las Pedagogías Teatrales.

**Palabras clave:** Infancias. Niños en disidencia. Pedagogía del teatro. Justicia social y epistémica.

<sup>1</sup> Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Carla Finatto Machado, Graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria com habilitação em Português e Literaturas da Língua Portuguesa.

<sup>2</sup> Doutorando em Artes Cênicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrado em Artes Cênicas pela UDESC. Professor de teatro na Rede Municipal de Educação de Florianópolis.

 fazzionimateus@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/8676922214902228>  <https://orcid.org/0000-0001-6457-655X>

<sup>3</sup> Doutorado em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrado em Teatro pela UDESC. Licenciatura em Educação Artística – Artes Cênicas pela UDESC. Professor Adjunto do Departamento de Artes Cênicas, Mestrado Profissional em Artes e Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina.  diego.pereira@udesc.br

 <http://lattes.cnpq.br/7952493975205748>  <https://orcid.org/0000-0002-6655-0211>



## Introdução

Sabemos que, ainda que haja um esforço, sobretudo da academia, para contemplar as diferentes infâncias nos discursos que são produzidos acerca dessa categoria geracional, muitos contextos não são abarcados e diferentes grupos de crianças seguem invisibilizados e sem condições materiais de exercerem seus direitos de proteção, provisão e, sobretudo, de participação. As tomadas de decisões acerca de ações que terão impacto direto na vida das crianças seguem centradas nas mãos dos adultos que, geralmente, as compreendem a partir de imagens sociais de incompletude e incapacidade.

Na busca por desvelar, ainda mais, o fenômeno complexo e multifacetado da Infância temos, em algumas medidas, nos dedicado a investigar, dentro do nosso contexto de atuação como professores-bichas, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, modos de fazer ressoar as vozes de crianças demarcadas pelos adultos como “desviantes”. De modo específico, temos discutido como as Artes Cênicas — e os processos artístico-pedagógicas imbricados na sua existência como componente curricular — podem contribuir tanto com a descoberta das potencialidades e subjetividades desses corpos, quanto com o questionamento das ações docentes no acolhimento dessas manifestações infantis.

Neste texto, objetivamos defender a ideia de uma justiça social e epistêmica das infâncias nas Artes Cênicas, de modo a promover a visibilidade e representatividade das diferentes infâncias em nossos estudos, pesquisas, práticas e criações artísticas, acadêmicas e pedagógicas. Argumentamos que o teatro pode possibilitar espaços de escuta e acolhimento das crianças em suas distintas infâncias e culturas, em especial àquelas em dissidência. Defendemos que, nas aulas de teatro, as crianças têm a possibilidade de ser e experimentar suas ideias, gostos e vontades e que nosso papel como professoras(es) parece ser o de potencializar e legitimar as teatralidades e performatividades dissidentes na sala de aula.



Desejamos que as reflexões possam contribuir, de alguma forma, com uma mudança de perspectiva na relação entre crianças e pesquisas científicas, de modo que as vozes e culturas das crianças sejam incorporadas nos estudos acadêmicos. Esperamos, ainda, que ao ampliar essas discussões, possamos, coletivamente, enfrentar as violências que as crianças sofrem nos espaços institucionais que não reconhecem seus modos de ser, agir e se expressar.

### Estatuto Social da Infância: conceitos que germinam

Para pensar uma justiça social e epistêmica em relação às crianças<sup>4</sup>, muitos conceitos e reflexões da Sociologia da Infância podem ser mobilizados e colocados em prática. A inexistência de uma forma de pensar as crianças de modo mais igualitário e mesmo de uma epistemologia sobre o modo das crianças de habitarem e se expressarem no mundo faz com que suas vozes e sua participação social não sejam vistas como relevantes em uma cultura marcada pelo adultocentrismo.

No importante texto “Visibilidade Social da Infância” (2007), Manuel Sarmiento, um dos mais importantes estudiosos da Sociologia da Infância, apresenta os diferentes processos de ocultação pelos quais as crianças têm passado: a invisibilidade histórica, a invisibilidade cívica e a científica. Nesta última, indica a recusa ao etnocentrismo adultocêntrico e assume as crianças como informantes qualificadas e parceiras de uma investigação. Perspectivas que vêm sendo adotadas em diferentes áreas do conhecimento, que se dedicam às crianças, mas que ainda carecem de referências no que diz respeito às Artes Cênicas.

Vivemos em uma sociedade cujos saberes e os poderes normativos são estruturados a partir de uma lógica adultocêntrica, a qual coloca a pessoa adulta no centro das relações sociais e culturais. Segundo Sarmiento (2009, p. 20), o adultocentrismo é uma “[...] perspectiva analítica que estuda as crianças a partir do entendimento adulto, das expectativas dos adultos face às crianças ou da

---

<sup>4</sup> Reflexões presentes neste estudo foram elaboradas após a participação no 8º GRUPECI - Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, realizado na cidade de Curitiba entre os dias 04 e 06 de dezembro de 2023, com o tema “Infâncias e Justiça Social: perspectivas no contexto brasileiro”.



experiência do adulto face à sua própria infância”. Nesta perspectiva, o adulto tem poder de controle e decisão sobre as ações das crianças, mais do que simplesmente protegê-las por conta das suas limitações físicas advindas da idade.

As crianças, por sua vez, não são vistas como sujeitas completas, agentes sociais ativas e competentes, mas sim como um “vir a ser” adulto. Percebidas a partir de uma expectativa de futuro e não do que são, criam e expressam, a seu modo, no presente. Isso faz com que as crianças tenham pouca liberdade e participação, inclusive sobre suas próprias vidas, corpos e escolhas. Como lembra Preciado (2020, p. 69), “[...] a criança continua a ser considerada um corpo que não tem o direito de governar”, mas sim um corpo a ser governado.

A busca por uma mudança epistemológica em relação aos conhecimentos produzidos por e com crianças trouxe consigo uma série de conceitos que, cada vez mais, têm circulado no meio acadêmico. Termos como infâncias, participação, protagonismo, agência das crianças, culturas de pares, reprodução-interpretativa e adultocentrismo vêm sendo difundidos por meio dos Estudos Sociais da Infância<sup>5</sup>, em especial da Sociologia da Infância, a qual temos nos colocado em diálogo nos últimos anos.

Desde a década de 1990 e, no Brasil, a partir dos anos 2000, a Sociologia da Infância defende um Estatuto Social da Infância que reconheça as crianças como produtoras e não apenas consumidoras de cultura. Ainda que tenhamos avanços nas pesquisas e práticas com crianças, em muitos contextos elas seguem sendo vistas como objetos de investigação e socialização e não como sujeitas produtoras de conhecimento e cultura. Esse fato parece se intensificar quando lançamos nossas lentes de análise para as crianças que desobedecem às regras<sup>6</sup>.

As crianças no discurso do senso comum são anunciadas como projetos de futuro da nação e da família (classe média, branca, cisgênera e heterossexual). Essa falta de atenção para o presente das infâncias, sobretudo daquelas que extrapolam a imagem da criança “a ser protegida”, parece-nos estar baseada na

---

<sup>5</sup> Os Estudos Sociais da Infância ou *Childhood Studies*, representam um campo de estudos interdisciplinar composto pela Sociologia da Infância, Antropologia da Infância, História da Infância, entre outros.

<sup>6</sup> As discussões sobre as infâncias e as crianças em dissidência/desobediência com a norma serão abordadas no tópico seguinte.



manutenção de concepções e práticas adultocêntricas ligadas aos ideais de progresso e desenvolvimento neoliberal. Segundo Corsaro (2011, p. 343),

Com muita frequência, indivíduos e sociedade tentam justificar suas ações em termos de seus efeitos sobre o futuro das crianças como adultos. Esse enfoque sobre o futuro, sobre o que nossas crianças se tornarão, muitas vezes pode cegar-nos em relação como tratamos e cuidamos de nossas crianças no presente.

O autor nos lembra que o futuro da infância é o presente e que as noções comumente utilizadas por algumas instituições e pela sociedade estão baseadas no futuro dos adultos. Para propor uma justiça epistêmica em relação às infâncias, talvez seja necessário reescrever as concepções e imagens da infância, não a partir de normas, diagnósticos e padrões adultos, mas sim através de uma “escuta consequente”<sup>7</sup>, acolhedora e potencializadora das crianças em suas diferentes infâncias contextualizadas e observadas no presente, nas condições sociais e culturais de sua existência.

Essa mudança de paradigmas em relação à infância envolve, segundo Prout e James (2005), uma reconstrução. Acreditamos que algumas dessas proposições dialogam com os pressupostos para pensar uma justiça social e epistêmica em relação às infâncias.

1. A infância é entendida como uma construção social. [...] 2. A infância é uma variável de análise social. [...] 3. As relações sociais e as culturas das crianças são dignas de estudo por si só, independentemente da perspectiva e das preocupações dos adultos. [...] 4. As crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles que as rodeiam e das sociedades em que vivem (Prout; James, 2005, p. 8).

Compreender a infância como uma construção social, significa dizer que a infância não é natural e universal, mas sim um produto histórico das relações humanas, políticas e culturais. Portanto, deve ser levada em conta como categoria de análise, assim como a classe social, o pertencimento étnico-racial e o gênero, por exemplo, categorias já consolidadas nas pesquisas científicas. Por ser uma

---

<sup>7</sup> Natália Fernandes, importante estudiosa portuguesa das infâncias, no 8º GRUPECI (já citado), falou-nos de uma escuta consequente a ser praticada pelos adultos; a escuta consequente das crianças deve gerar consequências, ou seja, as crianças precisam perceber que, ao serem ouvidas, ocorrem consequências, reverberações e transformações nas posturas.



categoria geracional específica, um componente estrutural e cultural de muitas sociedades (Prout; James, 2005), as pessoas que a compõem — crianças — não são imaturas ou “sem voz” (*infans*), mas se expressam a seu modo. Elas mobilizam a estrutura social e, desse modo, cabe aos(às) pesquisadores(as) da infância encontrarem meios de torná-las presentes nos estudos e práticas que digam respeito às suas vidas.

Como uma forma estrutural da sociedade, a infância permanece “[...] num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus actores concretos [as crianças], mas por efeito conjugado das acções internas e externas dos factores que a constroem e das dimensões de que se compõe” (Sarmiento, 2005, p. 365-366). Entretanto, historicamente na cultura ocidental, uma única ideia de infância tem sido protegida e investida — mesmo que, como categoria geracional, também se encontre invisibilizada.

Não existe um único modo de ser criança e viver a infância. Há multiplicidades, pluralidades e diversidades de infâncias e crianças nos diferentes contextos históricos e sociais. Interessa-nos pensar as infâncias no plural, pois cada criança vive a infância de diferentes modos, de acordo com seu contexto sociocultural, o que evidencia que os corpos das crianças são atravessados, além da variável etária, também por marcadores de classe, gênero, etnia, regionalidade, entre outros. Portanto, ao observar as infâncias, devemos ter um olhar interseccional, evidenciando os marcadores sociais, econômicos e culturais da diferença, os quais revelam a pluralidade das infâncias.

As crianças não estão alheias ao mundo adulto, elas são atravessadas pelos marcadores sociais, injustiças e violências, interagindo a partir das suas experiências de vida, formas de comunicação, necessidades, questionamentos e interesses. Além de assimilar a cultura do mundo adulto, os papéis sociais e lugares destinados a seus corpos, elas também têm ação sobre a cultura, (re)produzem, interpretam e transformam as normas, os significados e os códigos estabelecidos. Assim, para Corsaro (2011, p. 15), “[...] as crianças são agentes sociais, ativos e criativos que produzem suas próprias culturas infantis, enquanto,

simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”<sup>8</sup>.

Além de contribuir para a construção da sociedade e serem produtoras das culturas infantis, as crianças participam ao longo das épocas da co-construção da própria infância, da qual são os seres agentes. Segundo Sarmiento (2009, p. 22), as crianças são “[...] seres biopsicossociais com características próprias, simbolizam o mundo, nomeadamente pela conjugação que fazem de processos e dimensões como o jogo, a fantasia, a referência face aos outros e a circularidade temporal”.

Parece-nos que para promover efetivamente uma justiça social e epistêmica para as infâncias, faz-se necessário mudar o foco de análise e atuação em nossas práticas, colocando na centralidade dos processos as crianças e suas infâncias plurais. Dessa forma, reconhecer as crianças como atrizes sociais, ativas, criativas e participativas, capazes de produzir dados e culturas específicas, gera muitas transformações em nossas práticas e pesquisas no Grupo de Estudos sobre Teatro e Infâncias (getis/CNPq).

Essas afirmações possibilitam reforçar o argumento de que as infâncias, as produções e relações sociais criadas pelas crianças em suas culturas de pares (Corsaro, 2011), assim como as problemáticas que envolvem as práticas artísticas e as pesquisas com crianças, devem ser estudadas a partir delas, com elas, utilizando-se de referenciais teóricos que desejam validar seus saberes e experiências, não somente “aferir seu desenvolvimento” ou “diagnosticá-las”.

As crianças, por meio de seus modos próprios de expressão, sempre nos mostram caminhos. Há a necessidade de ouvi-las para compreender o que elas têm nos falado e o que podem nos fazer pensar. Através de práticas e pesquisas participativas com crianças, na perspectiva da Pedagogia do Teatro e das Artes Cênicas, compreendemos a necessidade de escutar, acolher e visibilizar as crianças em suas diferentes infâncias, em especial as crianças que fomos, crianças em dissidência. Ao propor outro tipo de relação com as crianças, percebemos que a participação delas não é orientada para o consenso, mas sim para a divergência e para a diferença. É justamente essa capacidade de transformar e questionar o que está posto que as crianças em dissidência nos ensinam.

---

<sup>8</sup> Aqui nos referimos ao conceito de “Reprodução Interpretativa” (Corsaro, 2011).



## Crianças em dissidência e resistência: culturas e saberes dissidentes na infância

Muito se fala sobre a proteção das crianças, e há uma série de instituições e discursos paternalistas vigiando cada ação, brincadeira e expressão das crianças. Essa proteção, por sua vez, não é destinada a todas as crianças, mas antes, protege um modelo de criança baseado na imagem concebida pela norma cisgênera, branca e heterossexual da cultura adulta.

A criança que os conservadores e paternalistas dizem proteger não existe. Trata-se de uma ficção de poder cisheteronormativa que toma todas as crianças como seres naturais e passivos diante da cultura adulta. Como disse Preciado (2020, p. 68), “os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado”, sendo assim, a criança pode ser vista como “[...] o efeito de um dispositivo pedagógico insidioso, é o lugar de projeção de todos os fantasmas, o álibi que permite que o adulto naturalize a norma. [...] O que está em jogo é o futuro da nação heterossexual” (Preciado, 2020, p. 71). Desse modo, todas as outras crianças que vivem infâncias diferentes desse modelo são sistematicamente apagadas, o que evidencia uma espécie de epistemicídio social e epistêmico das crianças em dissidência e de suas narrativas.

As crianças são sujeitas sociais ativas e criadoras de cultura, são seres biopolíticos (Preciado, 2020), pois permitem tanto a manutenção, como também a transformação do contexto sociocultural em que estão inseridas. Conseqüentemente, as crianças representam uma ameaça à ordem instaurada e à cultura hegemônica. Assim, precisam ser institucionalizadas e “socializadas”<sup>9</sup>. Essa ameaça se amplia ainda mais quando pensamos nas crianças em dissidência, que questionam através dos seus corpos, comportamentos, ações e brincadeiras, a lógica adulta da cisheteronormatividade.

---

<sup>9</sup> Aqui tecemos, assim como fazem Corsaro e outros(as) estudiosos(as) da infância, uma crítica aos modelos teóricos de socialização que silenciam as crianças e as veem como sujeitas passivas em seus processos de compreensão e inserção no mundo social.

Ameaçam também a ideia de uma “essência” infantil — boa, assexuada, submissa, naturalmente desenvolvida — já que geram tensões e conflitos com as construções sociais de gênero e sexualidade, evidenciando aversão aos códigos sociais inscritos em seus corpos antes mesmo do nascimento. Essas “ameaças” autorizam uma série de instituições e pessoas a controlarem os corpos das crianças, principalmente aquelas que fogem da norma. Isso demonstra, como aponta Jota Mombaça (2021), que alguns corpos (homens brancos, cisgêneros e heterossexuais) estão autorizados e são estimulados a serem violentos e viris, em nome da manutenção da ordem, enquanto outros corpos podem ser violentamente exterminados.

Podemos inferir que, comumente, alguns corpos são vistos como aqueles que merecem proteção, educação e poder, enquanto outros podem ser eliminados. A proteção pouco existe quando falamos de crianças em dissidência, já que estas continuam tendo suas narrativas e identidades negativadas e silenciadas. Ao infringirem e se desviarem das ordens do grupo, são invisíveis como sujeitos (abjetos) e hiper visíveis enquanto objetos de manipulação, colonização e reforço da designação binária.

Ao longo da História Ocidental, práticas voltadas às crianças, aos bebês, às mulheres e à gestação tiveram como objetivo a manutenção e imposição da designação de um sistema sexo-gênero binário (Rubin, 2011) sobre os corpos, criando formas de intervenção e regulação do sexo, do gênero, da sexualidade e do corpo das mulheres e das crianças com o propósito de manter a matriz violenta da cisgêneridade e heterossexualidade para prevenir “problemas futuros”.

Essa lógica operou (e opera) o modo de subjetivação dos sujeitos no mundo, ou seja, o sexo e o gênero como conhecemos foi (e é) construído minuciosamente por meio de discursos, processos e relações de poder. Quando não analisados de modo estrutural e relacional podem parecer como essencialistas e dados. Como apontam Connell e Pearse (2015, p. 37), em nosso cotidiano esses “[...] arranjos são tão familiares que parecem fazer parte da natureza. A crença de que distinções de gênero são “naturais” faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não



segue o “padrão”, ou até mesmo faz com que criem mecanismos de punição, proibição e readequação quando se trata de crianças que fogem à regra do sistema sexo-gênero.

Para Preciado (2017, p. 26), “[...] o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, [...] no qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados”. Desse modo, quando as crianças nascem, é comum encontrarem um conjunto complexo de desejos e expectativas para seu futuro, os quais supõem comportamentos, ações, caminhos, desejos e subjetividades para seus corpos. Promete-se às crianças que elas terão uma identidade como sujeitas de direitos no futuro, enquanto no presente estão subordinadas às regras adultas e ao único caminho possível e “normal”: a infância universal e singular, heterossexual e de gênero normativo. Mentes e corpos colonizados pelo adultocentrismo.

Enquanto alguns insistem em sustentar a cisgeneridade compulsória e a heteronormatividade como política dos corpos (Leal, 2020), as crianças em dissidência continuam sendo assediadas, abusadas e mortas sem terem a possibilidade de se descobrirem no mundo. A violência é algo que acompanha os corpos dissidentes desde a infância, fazendo com que as experiências de vida dessas crianças (as nossas infâncias, por exemplo) sejam marcadas desde cedo por abusos, discriminação e, em muitos casos, pela morte. A violência não pode, em diálogo com Mombaça (2021), ser tratada como falha, mas sim como constituinte do mundo que nos foi dado. LGBTfobia, racismo e transfobia, por exemplo, são aspectos estruturais da sociedade brasileira que precisam ser enfrentados.

Essas reflexões buscam demonstrar que os gêneros normativos (e a heteronormatividade), antes de serem naturais, são mantidos através de acordos, relações de poder e, principalmente, negociações tecidas por pessoas que agem como fiadores do sexo e do gênero, controlando ações, gestos e expressões das crianças. Assim, buscam normatizar e colonizar as crianças e afastá-las da dissidência, partindo da premissa de que há uma maneira correta de experienciar a infância e ser criança.

Entretanto, é importante enfatizar que as crianças resistem de corpo inteiro, encontram entre lugares de resistência e, como afirma Dodi Leal (2020, p. 08), “[...] tudo o que se entende por corpo e como este corpo conhece e se situa, não é simplesmente um instrumento de algo alheio a ele, mas uma inteligência ativa, epistemológica, política e estética”. O que nos leva a pensar nos diversos saberes, performances, teatralidades e estéticas dissidentes; modos de vida, culturas, expressões, performances e “montaões” que fazem parte de um patrimônio cultural imaterial dos corpos dissidentes<sup>10</sup>; culturas criadas da infância à adultez. Nesse sentido, os corpos dissidentes, mais do que apenas corporificarem e/ou questionarem a cultura, produzem novas culturas e saberes como forma de resistência.

Diante da ideia de progresso e desenvolvimento de tudo e de todos, as crianças em dissidência nos apresentam rotas de fuga e outros caminhos possíveis, elas borram as fronteiras entre os gêneros e as sexualidades durante seus momentos de faz de conta, montaões e performances. Por esse motivo, essas crianças são, geralmente, privadas de brincar com algumas brincadeiras e brinquedos.

Mesmo crianças que não estão em dissidência com a norma sofrem os processos opressivos e regulatórios da cultura adulta no que diz respeito ao que é permitido e/ou proibido aos corpos de meninos e meninas. Quando criança, por exemplo, descobrimos que algo estava “errado” conosco. Havia certos gestos, ações, brincadeiras e brinquedos que não eram permitidos ao nosso corpo bicha, fomos vigiados e diagnosticados: crianças viadas<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Para saber mais, ler a dissertação de mestrado de Mateus J. Fazzioni intitulada “Deixem as crianças brincarem”: O ensino do teatro na visibilização e acolhimento das crianças em dissidência (2023), na qual apresenta o termo “brincadeiras proibidas” para se referir a performances, montaões, ações e vivências das crianças em dissidência realizadas de modo escondido e camuflado, as quais podem ser vistas como um ato de resistência.

<sup>11</sup> O termo “criança viada” ganhou notoriedade no ano de 2013 com o *Tumblr* Criança Viada, no qual adultos viados compartilhavam fotos e depoimentos de suas infâncias. Nesse mesmo ano, a artista Bia Leite produziu, a partir das fotos publicadas no *Tumblr*, uma série de pinturas intituladas “*Born to Ahazar*”. Em 2017, as pinturas, que estavam expostas na exposição *Queemuseu: cartografias da diferença*, na cidade de Porto Alegre-RS, sofreram uma série de denúncias e a exposição foi censurada. Desde então, temos utilizado esse termo como forma de resistir e afirmar nossas vivências e experiências dissidentes na infância.



No entanto, é possível reconhecer que essas brincadeiras representam, segundo Fazzioni (2023, p. 19), culturas criadas pelas crianças em dissidência e “[...] remontam a existência de um patrimônio *queer* das infâncias: ações, atividades, montações, comportamentos, brincadeiras, expressões e performances”, principalmente “[...] brincadeiras exclusivamente pertencentes ao universo *queer*, das figuras femininas, das divas pop, das performances, dos clipes, músicas e danças” (p. 93), performatividades que se aproximam das vivências infantis dissidentes presentes em nossas práticas, pesquisas e aulas de teatro.

Reconhecemos que essas brincadeiras que são proibidas às diferentes crianças em virtude do gênero, das normas e padrões da cisheteronormatividade podem ser ressignificadas e potencializadas nas aulas de teatro e experimentações teatrais. As montações, performances, teatralidades e performatividades dissidentes presentes nas brincadeiras *queer* se aproximam de muitos elementos e convenções da linguagem teatral, o que possibilita pensar em uma pedagogia *queer* do teatro ou o próprio teatro como uma pedagogia capaz de desestabilizar o que está posto.

Acreditamos como importante levar em conta algo que muitas teorias parecem deixar escapar: o prazer envolvido no ato de resistência e dissidência. Isso porque muitas crianças em dissidência encontram brechas em seu cotidiano e nas aulas de teatro para subverter a autoridade adulta e experimentar seus interesses, brincadeiras, montações, performances e formas de ver, sentir e expressar o mundo. No teatro, elas podem encontrar espaços para forjar suas identidades e expressões de gênero e sexualidade e nos ensinam a resistir a partir da sua presença na sala ou grupo.

Diante de todas as injustiças sofridas pelos seus corpos, essas crianças resistem e permanecem produzindo epistemologias e saberes, teatralidades e performatividades dissidentes a partir da sua potência de vida transformadora e participativa. Por conseguinte, são necessários espaços de escuta e acolhimento, construção de saberes e práticas que considerem, em seus processos artístico-pedagógicos, essas e todas as outras crianças a partir de seus modos de ser e se



expressar no mundo.

## Justiça Epistêmica nas Artes Cênicas: presença e participação das crianças

Nos últimos anos, criações sobre corpos e narrativas dissidentes têm conquistado espaço na cena contemporânea e no meio acadêmico mediante pesquisas que transitam entre os estudos *queer/cuir*, feminismos e discussões sobre as transgeneridades. Essas pesquisas reivindicam, por meio dos corpos e corpos criadoras e pesquisadoras, uma justiça epistêmica nas pesquisas em Artes Cênicas e na cena artística, questionando currículos, métodos de “treinamento”, técnicas e, sobretudo, um modelo único de corpo e subjetividade.

Em relação às infâncias, especialmente as das crianças em dissidência, percebemos que essas têm sido pouco discutidas no campo das Artes Cênicas e nas Pedagogias do Teatro, tanto no contexto das escolas como também nas universidades. Ainda são poucos os estudos sobre Crianças e Infâncias em dissidência, ou os que problematizam as construções sociais de gênero e sexualidade na infância a partir de experiências artísticas.

Na maioria das vezes, falamos como adultos das nossas experiências e vivências como crianças no passado, mas ainda pouco se fala das crianças nas escolas e nas salas de aula do presente. Assim como nós, muitas dessas crianças encontram espaços de acolhimento e escuta nas aulas de arte, teatro, dança e demais projetos culturais na escola.

A arte nos acolheu e (queremos crer) continua acolhendo muitas crianças, por esse motivo, acreditamos ser importante questionarmos: o que podemos fazer como arte-educadores e pesquisadores das Artes Cênicas para acolher e potencializar as infâncias? Qual o nosso papel na visibilização das crianças em dissidência que muitos(as) de nós fomos um dia? Qual o nosso papel em relação ao apagamento das crianças em dissidência de nossos debates, aulas, práticas e produções artísticas e acadêmicas? Quais práticas teatrais podemos invocar para discutir e problematizar essas questões na escola e na universidade? Como professoras(es) e pesquisadoras(es) das Artes Cênicas podem mobilizar, em suas



práticas e pesquisas, conceitos que vêm sendo utilizados em outras áreas? Que caminhos são possíveis para uma maior justiça social e epistêmica das crianças e infâncias nas Artes Cênicas?

Esses questionamentos são lançados, pois acreditamos ser pertinente nos apropriarmos de alguns pensamentos que já estão postos em campos teóricos como a Sociologia da Infância, os estudos *queer/cuir* e pesquisas sobre transgeneridades para discutir as infâncias dentro do campo da Pedagogia das Artes Cênicas, visto que o modo de pensar e olhar para as crianças e suas infâncias ainda está sob o domínio de teorias da Educação e da Psicologia desenvolvimentista.

Além disso, observamos que no campo das Artes Cênicas, como reflexo da sociedade e dos modos como fomos ensinados a ensinar, há um olhar adultocêntrico para as crianças, fazendo com que produções direcionadas às infâncias, muitas vezes, sejam vistas como algo de menor valor e nem sempre como uma experiência estética e artística digna de dedicação. Esse olhar faz com que poucos estudantes, professores(as) e artistas vejam as produções artísticas e/ou pedagógicas para as infâncias como uma possibilidade de pesquisa e atuação profissional.

São poucas as investigações que consideram as crianças como parceiras de pesquisa e criação, ou como coprodutoras de dados, o que evidencia a escassez de produções artísticas contemporâneas que invistam na presença e no potencial de participação das crianças em práticas artístico-pedagógicas ou de pesquisa.

Diante de uma produção epistêmica ainda pequena de pesquisas e produções com, sobre e para crianças nas Artes Cênicas, reconhecemos que é necessário criar ações e redes de pesquisa para que possamos, coletivamente, a partir da arte problematizar essas questões e possibilitar outros olhares e experiências para e com as crianças.

A partir de nossas vivências com a arte na infância, lembramo-nos que encontramos no teatro um espaço de permissão, acolhimento e escuta. Conseqüentemente, por meio das pesquisas e investigações desenvolvidas no Grupo de Estudos sobre Teatro e Infâncias (getis/CNPq), buscamos refletir sobre



as infâncias das crianças em dissidência como forma de humanizar e afirmar suas/nossas presenças nos diferentes espaços sociais. Assim, percebemos o papel da Pedagogia das Artes Cênicas como revelador dessas crianças, de suas culturas historicamente apagadas e invisibilizadas nos processos sociais, artísticos e pedagógicos.

Compreendemos que o teatro para e com crianças oportuniza às infâncias dissidentes a permissão de ser e a possibilidade de experimentação do que elas são, ou o que desejam ser e expressar. No teatro, temos a permissão de poder ensaiar um outro modo de vida. Nesse caso, é preciso afirmar o direito de todas as crianças ao teatro como espaço de expressão e possibilidade de ser. Se partimos do pensamento de Augusto Boal (2019) de que o teatro pode ser o ensaio da Revolução, talvez seja por meio do teatro com crianças em escolas que poderemos tomar consciência de que as crianças são revolucionárias em potencial.

Diante dessas afirmações, acreditamos que o ensino do teatro tem o potencial de promover relações menos hierarquizadas e adultocentradas, pautadas no respeito, na alteridade, na participação e na agência das crianças. Em relação aos estudos *queer/cuir* e às discussões sobre dissidências de gênero e sexualidade, percebemos que é comum essas discussões estarem presentes em nossas aulas uma vez que, as práticas artístico-pedagógicas, ao convocarem os corpos a assumirem o lugar da criação, da dramatização e da performatividade, evidenciam conflitos, curiosidades, desejos e questionamentos vivenciados pelas crianças em suas subjetividades. Por isso, nós precisamos estar munidos de referências para sabermos mediar as diferentes situações que possam surgir em uma prática com crianças.

Cada contexto social influencia no modo como agimos em sala de aula, no que diz respeito a desenvolver ou não certas discussões. Existem escolas, universidades e professoras(es) abertas(os) a dialogar e criar ações a partir das temáticas aqui discutidas; no entanto, acreditamos que o principal trabalho a ser desenvolvido para promover uma justiça social e epistêmica em relação às infâncias plurais e crianças em dissidência é a escuta e o acolhimento que pode ser realizado pelos(as) professoras(es) no dia a dia da sala de aula. Nossas ações

como educadores(as) podem abrir novos caminhos e discussões, como também, dependendo do nosso olhar para as crianças, pode compactuar com a censura, reprodução de padrões e estereótipos relativos à infância. Como aponta Fazzioni (2023, p. 147),

[...] nosso papel principal é ter uma escuta atenta e um olhar sensível para encontrar estratégias de intervenção e mediação dessas discussões, mesmo que nas entrelinhas, nos entrelugares e nas fronteiras. O teatro, por si só, não consegue mobilizar todas essas questões, uma vez que o teatro também já foi um espaço onde pessoas trans e travestis, por exemplo, eram excluídas até pouco tempo atrás<sup>12</sup>.

Defendemos que é preciso que a(o) professora(o) tenha um olhar atento às práticas e metodologias pautadas em uma Pedagogia *queer*/cuir ou dissidente, que promova a emancipação e o acolhimento a partir do teatro. A ideia de uma pedagogia *queer*/cuir é apresentada por Fernando Augusto do Nascimento em seu livro *Teatro e representatividade queer: experiências com o método do drama na escola* (2022) e por Guacira Lopes Louro, em seu artigo *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação* (2001). Para Louro (2001, p. 552),

[...] uma pedagogia e um currículo queer “falam” a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar. Certamente, essas estratégias também acabam por contribuir na produção de um determinado ‘tipo’ de sujeito. Mas, neste caso, longe de pretender atingir, finalmente, um modelo ideal, esse sujeito – e essa pedagogia – assumem seu caráter intencionalmente inconcluso e incompleto.

Em paralelo com Nascimento (2022), é possível pensar a pedagogia

---

<sup>12</sup> Essa perspectiva vem sendo alterada pela ocupação de muitas pessoas trans e travestis em espaços artísticos, culturais e acadêmicos. Na cena artística, a presença de artistas como Renata Carvalho, Verónica Valentino, Linn da Quebrada, Liniker, entre tantas outras, evidencia a representatividade e as discussões que vêm sendo ampliadas pela presença e ocupação de corpos trans nos diferentes espaços, no entanto, ainda há muito a ser feito. No campo das pesquisas em Artes Cênicas, pesquisadoras como Dodi Leal, Isadora Ravena, Fredda Amorim, Marina Silvério, entre outras, vem ampliando as discussões sobre curadoria, recepção, performatividades transgêneras, produção cultural, afrofeminismo e outros estudos pautados nas vivências de corpos trans e travestis. Esse campo epistemológico, contudo, ainda está distante dos espaços escolares e entendemos que é esse aspecto que precisamos ampliar em nossas práticas, pesquisas e discussões entre professores(as) e com nossos(as) parceiros(as) de trabalho no chão da escola.



*queer/cuir* como aquela que problematiza as normas binárias de gênero, ao passo que empodera, emancipa e acolhe os corpos que fogem dessas normas. Nesse contexto, segundo o autor, o ensino do teatro torna-se significativo e empoderador quando as práticas desenvolvidas buscam desconstruir tabus, romper com o discurso cisheteronormativo e oportunizar a visibilidade e a representatividade LGBTQIAPN+ nas cenas, personagens e conflitos criados e improvisados em sala de aula.

Isto posto, faz-se necessário perceber como as imagens e problemáticas das crianças em dissidência (ou não) podem surgir em cena, ou podem se tornar o foco das criações teatrais na sala de aula. O espaço da escola, assim como os espaços ocupados pelas crianças, também podem ser temáticas das investigações teatrais, além de fornecerem dados sobre suas culturas, contextos, experiências e modos de habitar o mundo. Conforme afirma Fazzioni, ao propor práticas artístico-pedagógicas com crianças,

[...] é possível pensar o teatro na escola como esse “espaço comunal”, como um lugar de fala, expressão e experimentação, no qual podemos estabelecer relações de confiança, respeito e autoafirmação com as crianças e os adolescentes, principalmente aqueles(as) em dissidência com as normas impostas socialmente pela escola, família e igreja, por exemplo. Além disso, essa relação afetuosa permite que as crianças em dissidência apenas sejam e conheçam quem são e, da mesma forma, permite-nos resgatar quem nós somos e quem poderíamos ter sido (Fazzioni, 2023, p. 136).

Dessa forma, pensar uma justiça social e epistêmica em relação às infâncias plurais e as crianças em dissidência nas Artes Cênicas e, principalmente, nas Pedagogias do Teatro, implica organizar as aulas de teatro como espaço de abertura para que os corpos das crianças possam se expressar fora das normas e padrões de gênero e sexualidades da cisgeneridade e heteronormatividade. Essa justiça parece-nos poder ser feita com a existência, a representatividade e presença de corpos de professores(as) LGBTQIAPN+ e das crianças em dissidência e suas narrativas na sala de aula, assim como pela mudança de olhar de gestoras(es) e professoras(es) sobre essas presenças.

Assim, as aulas de teatro se tornam espaços de justiça social em relação a todas as infâncias, justamente por promoverem o acolhimento, a escuta e a



visibilidade de todos os corpos. Ademais, essa justiça acontece quando a figura do(a) professor(a) cria juntamente com as crianças experimentações teatrais de modo coletivo e afetivo. Esse aspecto evidencia o papel do teatro como uma “arma” política dos afetos e encontros, capaz de proporcionar experiências relacionais, criações coletivas, práticas de escuta, acolhimento, alteridade e representatividade das infâncias desviantes da norma na escola. Como afirma Pereira (2019, p. 90), “[...] o teatro é, de fato, uma “arma” na busca por uma escola menos opressora, mais acolhedora e crítica”, que possibilita criar, estabelecer afetos e relações mais horizontais, forjando espaços nos quais todos e todas podem ser o que são, tendo a possibilidade de ter tempo livre para se experimentar, para aprender sobre si mesmo e sobre o mundo.

Em relação a essa possibilidade afetiva do teatro, Nascimento apresenta a ideia de uma “estratégia afetiva” como uma alternativa de resistência “[...] para criar redes de afetos e compartilhar experiências artísticas de alteridade na escola” (Nascimento, 2022, p. 27), visualizando a sala de aula como um espaço potente e poético para que narrativas dissidentes ganhem protagonismo e lugar de fala. Diante disso, segundo o autor, existem implicações entre a figura do(a) professor(a) de teatro LGBTQIAP+ com as temáticas *queer*, visto que suas relações com as crianças estão inscritas sobre aspectos poéticos de afetividade, representatividade, resistência, empoderamento e acolhimento.

Essa “estratégia afetiva” reforçada pelo pesquisador, também pode ser uma forma de se aproximar das famílias, desarmando o ódio e o preconceito, criando pontes e diálogos com as famílias e com a sociedade. Se, por um lado, enfrentamos ataques e violências da própria instituição escolar, outras(os) professoras(es) e muitas famílias, por outro lado, somos acolhidos(as) e recebemos muito carinho de muitas crianças e famílias que são afetivas e que acreditam em nosso trabalho como professoras(es) e sabem que as crianças gostam de nós.

O teatro pode ser um caminho para subverter estereótipos de gênero e sexualidade na infância possibilitando, mesmo que momentaneamente, liberdade criativa às crianças, assim como a experimentação de outras teatralidades e performatividades dissidentes, das quais as crianças são muitas vezes privadas



em seus cotidianos. Nesta situação, é preciso pensar em procedimentos, práticas e abordagens teatrais feitas com as crianças e não somente metodologias para ensinar as crianças a fazer um teatro adulto. Compreendemos que essas práticas precisam levar em conta a participação das crianças em todas as etapas do processo — organização da ideia, criação, documentação e registro, avaliação.

Entendemos que é importante, cada vez mais, que professoras(es) de teatro se perguntem: o que as crianças podem nos informar com o teatro? Que outras relações criativas e afetivas podemos estabelecer com as crianças em uma aula de teatro? Onde estão as crianças nos nossos processos criativos? Quem são as pessoas que estão pensando sobre as crianças nas pesquisas acadêmicas e na formação de professores(as)? Quem tem buscado um teatro que foge dos estereótipos de uma cena tradicional para crianças? Quais papéis as crianças e infâncias plurais/dissidentes podem ocupar nos espaços sociais, artísticos e educacionais?

Ao lançar esses questionamentos, poderá ser evidenciada a invisibilidade científica e falta de pesquisas com e sobre as crianças, seus modos de viver a infância e de conceber culturas no campo do Teatro. Essa injustiça é também estrutural, já que perpassa todas as instituições sociais e espaços (públicos e privados). Parece-nos necessário pensar uma educação que repare as injustiças sociais. O Teatro, como um objeto político e um bem comum do qual todos deveriam ter direito, pode promover uma justiça social e epistêmica, dependendo de como for abordado com as crianças.

Acreditamos que a Arte e o Teatro podem contribuir com a reparação da estratificação social que a estrutura, principalmente a escola, criam, separando e demarcando os corpos. Desse modo, é pertinente questionar: qual a dívida da escola com as crianças em dissidência? Como reparar os diagnósticos e demarcações lançadas aos corpos dissidentes desde a infância?

Reconhecemos que a maioria dos marcadores sociais surgem ou ficam evidentes na escola, quando as diferenças se encontram e a instituição reproduz as separações. Segundo Louro (1997, p. 58), a “[...] escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode)



fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.” Para as crianças em dissidência, essa separação entre meninos e meninas não apenas reforça padrões estereotipados de masculinidade e feminilidade, mas também evidencia normas e opressões “[...] que antecipam um prelúdio de que nossas existências são subversivas, silenciadas e invisibilizadas” (Nascimento, 2022, p. 31) na escola, na infância e, também, na sociedade e na adultez.

É preciso, entretanto, lembrar que a escola, como instituição, é esse espaço que compreende duas faces: uma que se institucionaliza nas normas e outra que emancipa. Entendemos que nosso desafio, como professores(as) de teatro, é o de encontrar abordagens, metodologias, estratégias, materialidades, jogos e brincadeiras que promovam a potencialização da esfera da emancipação dentro dessa “[...] “microsociedade” que é a sala de aula, espaço que ora inclui, ora exclui, de acordo com as situações” (Pereira, 2019, p. 82).

Ao forjar espaços na sala de aula e na escola, entendemos que as práticas artísticas e teatrais proporcionam não só espaço de escuta e acolhimento, mas também um espaço para participação, engajamento e coletividade. Nesse contexto, é possível colocar em prática e mobilizar muitos dos conceitos apresentados pelos Estudos Sociais da Infância, que compreendem as crianças como sujeitas e cidadãs de direitos, criadoras de culturas, atuadoras sociais, revolucionárias em potencial, capazes de subverter a norma e criar novas ordens possíveis.

Além disso, as práticas teatrais mobilizam relações de poder e relações de afeto. Como professores(as) de teatro, muitas vezes conseguimos estabelecer relações de confiança com as crianças e adolescentes por meio do afeto, do respeito e da escuta atenta das suas vivências, desejos e problemáticas. O teatro pode devolver aos educandos(as),

[...] a capacidade de se expressar, tão reprimida em outros componentes curriculares, pode desenvolver o senso crítico sobre cultura, sociedade e produções artísticas que lhes são ofertadas, ampliar a capacidade de discutir de modo construtivo e trabalhar coletivamente por um ideal (que pode ser o de montar uma cena ou não). Ainda, a capacidade de colocar seus desejos e sentimentos, suas emoções, seus pensamentos e



questionamentos em contato com outras pessoas, possibilitando que elas sejam afetadas e desafiadas a responderem também, de modo artístico (Pereira, 2019, p. 20-21).

Desse modo, parece-nos que nossas práticas artístico-pedagógicas na escola são faíscas capazes de acender a chama revolucionária das crianças. A luta por justiça é também pedagogia na medida em que busca conscientizar sobre a liberdade e a participação das crianças. Como Paulo Freire (2021) adverte, contudo, não basta fazer uma transformação para os sujeitos; é preciso fazer essa transformação com esses mesmos sujeitos, sem empregar métodos de educar que reproduzem um modelo opressor.

Precisamos, portanto, mobilizar um ensino do teatro que, além de acolher, seja desenvolvido com as crianças a partir de seus pontos de vista, de suas hipóteses, curiosidades, desejos, investigando outras poéticas cênicas que surjam da participação das crianças na escolha e criação com os elementos da cena. As crianças usam o corpo de forma inventiva e o teatro com crianças pode ser também um lugar não só de invenção, mas de poesia. Um lugar cheio de pluralidades, representatividade e acolhimento.

### Considerações finais

Parece-nos que a sociedade busca apagar dos corpos das crianças dissidentes tudo que não se encaixa na lógica adulta de humanidade e normalidade. Há um consenso social de que é preciso “domesticar” a criança, trazê-la para a norma cisgênera e heteronormativa, abandonando a emoção, a imaginação, a expressão, a fantasia e as outras formas de comunicação ligadas à dissidência.

O pensamento ligado à noção de desenvolvimento de tudo e de todos almeja o progresso, a obtenção de uma versão melhorada, aperfeiçoada, mais ágil, mais veloz e mais normalizada de nós mesmos. Como discutimos ao longo do texto, as crianças estão muito implicadas nesse processo prospectivo, pois muito se fala do futuro das crianças e da ideia de que precisamos desenvolvê-las, aperfeiçoá-las, torná-las adultas o mais rápido possível, adequá-las à “humanidade” e “protegê-las” da “ideologia de gênero”.



Escolas, consultórios, centros de análise, todos ditando o que a criança deve fazer, o que é certo ou errado, o que é melhor para seu futuro, em um constante processo de homogeneização dos corpos e das ações das crianças em prol da perpetuação da lógica, das normas e dos valores do adulto, cisgênero, heterossexual e branco. Sendo necessário questionar de que outras formas podemos intervir e criar rotas de fuga para esses processos. Como pensar práticas decoloniais que considerem as infâncias como presente e não como futuro?

Compreendemos que não se trata apenas de “dar voz” às crianças e decolonizar as infâncias; decolonizar, nesse caso, trata-se, antes, de rever e reformular as relações dos adultos com as crianças, promovendo uma justiça social, epistêmica e científica em relação às diferentes infâncias. Talvez seja preciso modificar o modo como olhamos para essas sujeitas, compreendendo-as como atuadoras sociais plenas, que têm o direito de descobrirem seus gêneros e suas sexualidades, seus modos de produção de sentidos, de criar e viver neste mundo.

Precisamos decolonizar a relação adulto-criança, o que envolve repensar as práticas artístico-pedagógicas com as crianças, uma vez que muitas dessas práticas colonizam os corpos e as subjetividades, reproduzem padrões, papéis e estereótipos de gênero e sexualidade. É nesse aspecto que acreditamos que o ensino do teatro pode intervir, promovendo espaços de acolhimento, escuta e representatividade, nos quais outras relações sociais e artísticas possam ser tecidas com as crianças. As aulas de teatro podem estimular, ainda mais, o “teatrar” das crianças, explorando a teatralidade, o jogo e a ludicidade presentes nelas e na infância, estimulando a produção de novas epistemologias, saberes, teatralidades e performatividades dissidentes.

Defendemos, a partir o ponto de vista das Artes Cênicas, assim como o fazem diferentes estudiosos(as) da infância a partir de seus campos, que é preciso pensar nas crianças e suas diferentes infâncias de modo contextualizado, com recortes dignos de estudo e análise. Embora na academia tenhamos avançado nos recortes e estudos étnico-raciais, de gênero, sexualidade, por exemplo, a infância continua à margem de análises e estudos que focalizem a criação infantil.



Defendemos, portanto, que uma das formas de promover a justiça social e epistêmica em relação às crianças nas Artes Cênicas é considerar a legitimidade das produções infantis, a dignidade da infância e das crianças, suas vozes nos processos de pesquisa, as problemáticas informadas por elas, e considerar as injustiças que impactam suas vidas, assim como seus direitos negligenciados.

## Referências

BOAL, Augusto. *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. São Paulo: Editora 34, 2019.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CORSARO, Willian. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FAZZIONI, Mateus J. *Deixem as crianças brincar!:* O ensino do teatro na visibilização e acolhimento das crianças em dissidência. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LEAL, Dodi; ROSA, André. Transgeneridades em Performance: desobediências de gênero e anticolonialidades das artes cênicas. In: *Revista Brasileira Estudos da Presença*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Fernando Augusto do. *Teatro e Representatividade queer: experiências com o método do drama na escola*. São Paulo: Hucitec, 2022.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociology of Childhood*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas de travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



PEREIRA, Diego de Medeiros. Formação para as diversidades e adversidades: o que o teatro pode fazer? In: CRUVINEL, Tiago; CONCILIO, Vicente (org.). *Pedagogia das Artes Cênicas: atuar e agir*. Curitiba: CRV, 2019.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. Notas sobre a “economia política” do sexo. In: RUBIN, Gayle. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. London: Duke University Press, 2011.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, 2005.

SARMENTO, Manuel J. Visibilidade Social da Infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. (org.) *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007.

SARMENTO, Manuel J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências, In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em: 15/02/2024

Aprovado em: 01/04/2024